

CORREIO BRAZILIENSE

Expediente Quintas

Os orçamentos domésticos, no correr de 1992, serão submetidos a um inexorável esvaziamento, reduzindo para níveis críticos o poder aquisitivo da família brasileira. As recomendações do FMI relativamente às tarifas dos serviços públicos, controlados pelo Governo, e os preços dos combustíveis e lubrificantes, também manipulados pela tecnocracia, vão ser objeto de um permanente reajuste que seguramente não terá compatibilidade com a política salarial. O gás de cozinha e o óleo diesel vão ter acelerado os seus custos junto ao consumidor numa proporção que pode, inclusive, ultrapassar em 15 por cento os níveis inflacionários, numa escalada que assusta pela sua expressão numérica e pelos reflexos que terão sobre as despesas do lar. São valores já definidos pela Secretaria de Energia, do Ministério da Infra-Estrutura, os preços a serem fixados e que somente não serão homologados de imediato, dado o impacto que representaria nos índices do custo de vida. A gasolina deve passar para Cr\$ 521,00, o álcool para Cr\$ 405,00, o diesel para Cr\$ 365,00 e o botijão de 13 quilos do GLP para Cr\$ 5.009,00. O diesel, que é a base combustível dos transportes de carga e coletivos, tem previsões para crescer nada menos do que 51,2 por cento, enquanto o gás de cozinha será onerado em cerca de 54 por cento. Tendo em vista a coragem administrativa do ministro João Santana para lances cívico-burocráticos de ressonância é bem provável que o escalonamento desses reajustes seja coberto em pouco lances, liquidando o problema sem maiores hesitações. Haja vista o exemplo de desassombro colhido em cima das tarifas telefônicas, de eletricidade e dos Correios num crescimento quase exponencial e em prazos curtíssimos. Os estudos estão concluídos e a respectiva avaliação para detonar o processo deverá estar pronta até o próximo dia 18 de janeiro.

A justificativa para esse procedimento, na versão corrente junto ao Minfra, é fruto da carta-compromisso encaminhada pelo Governo ao Fundo Monetário e que os técnicos daquela Secretaria de Estado denominam de realismo tarifário internacional que pretende empurrar os preços internos para os preços praticados na maioria dos países. Em realidade, o que se busca é a redução dos subsídios ao GLP e ao diesel, ambos estimados ao redor de 450 milhões de dólares mensais.

Tudo faz crer que o custo social não é rubrica contabilizada nas planilhas desenvolvidas pelo Minfra. Depois de habituar as populações de média e baixa rendas ao consumo do GLP com tarifas subsidiadas, hoje interessando a milhões de famílias, o poder público simplesmente ignora o impacto de um reajuste explosivo, deixando a população descamisada sem lenço e sem documento. No mesmo sentido vai funcionar o reajuste do diesel com repiques assustadores na economia. Bastaria lembrar que a safra de 64 milhões de toneladas, prometida pelo ministro Cabrera, terá que ser transportada na base de um combustível que terá o seu reajuste efetivado ao redor de 54 por cento, embutindo custos adicionais no mercado de gêneros de primeira necessidade, isto sem falar nos preços das passagens dos coletivos que necessariamente deverão ser revistos de pronto, atendendo às exigências da economia de mercado, presença de ofício na cartilha do FMI.

Seria aconselhável que o presidente Collor baixasse instruções aos seus subordinados exigindo que a todo e qualquer reajuste de preços correspondesse uma tabela de valores onde ficassem medidos e avaliados os reajustes exigidos pela economia, compatibilizando-os com a indispensável revisão salarial para se contrapor ao demente perde-ganha das classes trabalhadoras, colocadas como zero à esquerda nas relações entre o capital e o trabalho, na visão do atual Governo.